

Constituintes se unem contra impasse

Telefoto de Luiz Antônio

BRASÍLIA — Um movimento para evitar o "buraco negro" (número insuficiente de votos para aprovar uma matéria) e o consequente impasse na votação do sistema de governo está sendo articulado por Constituintes presidencialistas. Eles votarão na emenda Humberto Lucena (PMDB-PB), no entanto, pretendem transferir seus votos para a emenda parlamentarista, do Deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), caso a primeira se torne inviável depois das duas votações.

Segundo um de seus articuladores, Senador José Agripino Maia (PFL-RN), o grupo poderá ser integrado por mais de 40 presidencialistas que não aceitam a implantação de um sistema misto. Para tanto, votariam no parlamentarismo, fazendo declarações de voto presidencialistas.

Constituído principalmente por pefelistas, como Agripino e os Deputados Lúcio Alcântara (CE) e Joaquim Francisco (PE), o grupo fará uma reunião hoje de manhã, antes da votação, para tomar a decisão final sobre o assunto e tentar convencer o Presidente do PFL, Senador Marco Maciel (PE) a acompanhá-lo.

A idéia foi bem recebida pelos integrantes do PFL que querem um mandato de quatro anos para o Presidente Sarney. Ela tem ainda entre seus adeptos os Deputados Jaime Santana (MA), José Moura (PE) e Francisco Dornelles (RJ).

Há simpatizantes da estratégia também em outros partidos, como o Presidente do PDS, Senador Jarbas Passarinho (PA). A disposição destes presidencialistas vem animando os parlamentaristas, que consideram

cada vez mais remota a hipótese de um "buraco negro".

O principal argumento destes presidencialistas — no caso de a emenda ser recusada — para apoiarem a proposta de Egidio é a necessidade de evitar um "buraco negro", que geraria um impasse e poderia resultar em uma negociação em torno de um regime misto, considerado por eles pior que o parlamentarismo.

Eles temem que o entendimento, no caso de ocorrer "buraco negro", seja impossível, já que presidencialistas jamais se tornarão parlamentaristas e vice-versa. Para comprovar este ponto de vista, o Relator Adjunto José Fogaça disse que, embora o Relator Bernardo Cabral não tenha ainda alguma proposta elaborada para apresentar se houver um "buraco", dificilmente ela deixaria de ser parlamentarista, pois Cabral e dois de seus três adjuntos são adeptos deste sistema.

Agripino Maia afirmou que, diante da crise em que está mergulhado o País, aprovar um sistema híbrido "significaria polarizar o poder e estabelecer dentro do Governo uma luta que pode paralisá-lo". O Senador passou a tarde de ontem em contatos no plenário e informou que, a cada momento, maior número de presidencialistas aderiria à idéia. Ele convenceu, por exemplo, o Deputado Ismael Wanderley (PMDB-RN).

Por outro lado, não teve êxito com o Deputado Afif Domingos (PL-SP). Afif acha que o "buraco negro" poderá ser positivo para uma negociação em que o novo sistema seja aprovado com respaldo mais amplo.



Ulysses: "A posição intransigente pelo presidencialismo dificultou acordo"

Ulysses: 'Planalto foi intransigente'

BRASÍLIA — O Presidente da Constituinte e do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, reconheceu ontem que a posição intransigente do Palácio do Planalto em favor do presidencialismo dificultou o entendimento sobre o sistema de governo com a aprovação do parlamentarismo e mandato de cinco anos para o Presidente Sarney.

Desanimado quanto à possibilidade de um entendimento sobre a questão, Ulysses prevê que "tudo caminha para uma decisão tomada no voto, através do painel eletrônico". Mas ressalva que no Congresso e na Constituinte "o acordo pode surgir até na vigésima-quinta hora".

— O acordo é difícil, mas impossível não é — disse.

Segundo políticos amigos de Ulysses, ele está mesmo disposto a trabalhar pela aprovação do parlamentarismo. A estratégia seria a demonstração de força através da rejeição da emenda parlamentarista do Senador Humberto Lucena (PMDB-PB), a primeira a ser colocada em votação.

— Ulysses colocará seu exército nas ruas — anunciava ontem um político próximo ao Presidente do PMDB, ao explicar que assim se justificava a presença em Brasília hoje de Governadores que defendem o parlamentarismo, como Pedro Simon (RS) e Waldir Pires (BA).

Ulysses estava ontem, segundo alguns Deputados, aborrecido com as críticas que lhe foram dirigidas na véspera pelo Líder do PFL, Deputado

José Lourenço. Este deixara uma reunião realizada pelo Presidente Sarney no Palácio da Alvorada acusando Ulysses de defender o parlamentarismo como "única forma de assumir logo o Poder". Ontem de manhã, Sarney telefonou ao Presidente do PMDB para esclarecer que Lourenço falara em seu próprio nome e não como porta-voz dessa reunião, da qual participaram também vários Ministros.

Na opinião de parlamentaristas, as críticas de Lourenço a Ulysses provocaram reação imediata: a união dos chamados ulyssistas em favor do parlamentarismo, através da fórmula com a qual o Presidente da Constituinte tentava um entendimento. Estes parlamentaristas recordaram que às vésperas da votação na Comissão de Sistematização o então porta-voz do Palácio do Planalto, jornalista Frota Neto, declarou, em nome do Presidente Sarney, que aquele parlamentarista que votasse pelos quatro anos estava votando contra Sarney. O resultado foi a vitória dos quatro anos.

— Com o tempo muita coisa pode mudar e muitas declarações podem nos favorecer — afirmou o Líder do PMDB, Senador Mário Covas, otimista quanto à vitória do parlamentarismo.

A mesma posição tem o Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, para quem a emenda parlamentarista de Lucena não obterá mais do que 265 votos.

'Buraco dentro do buraco', mais um risco na votação

BRASÍLIA — Além da possibilidade de ocorrer o "buraco negro" (falta de votos para aprovação de matéria) a Constituinte convive com a iminência de um outro problema: o "buraco dentro do buraco", imagem usada pelo Senador José Fogaça (PMDB-RS) para definir a hipótese de persistir o impasse, a ponto de não se aprovar nem mesmo a proposta final do Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), que, como último estágio previsto, terá de nascer de um entendimento entre parlamentaristas e presidencialistas.

A proposta de Cabral deverá ser apresentada dentro de 48 horas após a não aprovação das emendas. Se também não for aprovada, o pra-

zo terá de ser dilatado, embora isso não esteja estabelecido no Regimento.

— Esta é uma questão política, pois o País não pode ficar sem sistema de governo — disse o Deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG).

Segundo o Senador José Fogaça, Relator Adjunto, se a Constituinte não chegar a um texto negociado depois de não aprovar as propostas parlamentaristas e presidencialistas, a Mesa terá de conceder novos prazos, "jogando a aprovação do sistema para um período difícil de determinar".

Para o Senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), é pouco provável que isso

ocorra. Ele acredita que, caso se verifique a derrota da emenda presidencialista Humberto Lucena, que terá seu voto, o passo seguinte será o entendimento entre parlamentaristas e presidencialistas.

— Não podemos permitir que exista um governo sem sistema.

De qualquer forma, acreditam estes parlamentaristas, a existência de tantos prazos — com o agravante de o Regimento não prever o "buraco dentro do buraco" — poderá levar ao adiamento indefinido da escolha do sistema de governo, pois até agora não há indicativos de que surgirá uma proposta de entendimento que consiga 280 votos em plenário.

— Não podemos permitir que exista um governo sem sistema.

Brasília — O Vice-Líder do PDT, Deputado Vivaldo Barbosa, subirá à tribuna da Constituinte com a convicção de que estará "falando para a História". Com opção de voto já definida, os parlamentares, na sua avaliação, ouvirão um discurso certamente mais inflamado do que o do também presidencialista Senador Humberto Lucena (PMDB-PB).

Vivaldo definirá o parlamentarismo como um "regime voltado para as elites", originário da Monarquia europeia. A base de sua defesa do sistema parlamentarista estará no exercício do voto direto para a eleição do Presidente da República como instrumento de afirmação da cidadania.

Incumbido de contra-argumentar a defesa parlamentarista do Senador Afonso Arinos (PFL-RJ), o Vice-Líder do PDT estará pronto para "desmistificar a visão de que o presidencialismo é gerador de crises ou mantém vínculo com os regimes ditatoriais".

— Tanto no período da ditadura Vargas como na Revolução de 1964 houve rupturas institucionais, que aconteceriam também no regime parlamentarista. O presidencialismo pressupõe o regime democrático e o fortalecimento do Congresso — disse Vivaldo, antecipando a posição que defenderá no plenário.

OS ARGUMENTOS DE CADA ORADOR

O Senador Humberto Lucena (PMDB-PB) e o Deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) defenderão hoje, da tribuna, a emenda presidencialista. Já o Senador Afonso Arinos (PFL-RJ) e mais um parlamentarista a ser indicado pelo Líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, sustentarão as teses parlamentaristas. A seguir, um resumo do que cada um deles dirá ao plenário.



BRASÍLIA — O Vice-Líder do PDT, Deputado Vivaldo Barbosa, subirá à tribuna da Constituinte com a convicção de que estará "falando para a História". Com opção de voto já definida, os parlamentares, na sua avaliação, ouvirão um discurso certamente mais inflamado do que o do também presidencialista Senador Humberto Lucena (PMDB-PB).

Vivaldo definirá o parlamentarismo como um "regime voltado para as elites", originário da Monarquia europeia. A base de sua defesa do sistema parlamentarista estará no exercício do voto direto para a eleição do Presidente da República como instrumento de afirmação da cidadania.

Incumbido de contra-argumentar a defesa parlamentarista do Senador Afonso Arinos (PFL-RJ), o Vice-Líder do PDT estará pronto para "desmistificar a visão de que o presidencialismo é gerador de crises ou mantém vínculo com os regimes ditatoriais".

— Tanto no período da ditadura Vargas como na Revolução de 1964 houve rupturas institucionais, que aconteceriam também no regime parlamentarista. O presidencialismo pressupõe o regime democrático e o fortalecimento do Congresso — disse Vivaldo, antecipando a posição que defenderá no plenário.

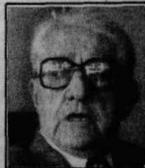


BRASÍLIA — A tradição republicana presidencialista, a força das eleições diretas e a modernização do presidencialismo com o fortalecimento do Poder Legislativo. Esta será a essência do discurso do Senador Humberto Lucena (PMDB-PB), hoje, no encaminhamento da primeira votação do sistema de governo.

Primeiro subscritor da emenda parlamentarista coletiva, Lucena se considera em uma missão histórica e espera, com seus argumentos — que incluirão a possibilidade de negociações posteriores —, não modificar decisão de voto, mas definir a opção dos que ainda não se decidiram por uma ou outra forma de governo.

Nos cinco minutos regimentais, que dificilmente serão obedecidos — como tem ocorrido quando da apresentação dos temas mais polêmicos da Constituinte —, Humberto Lucena pretende falar de improviso e dividir sua defesa em duas etapas. Na primeira, lembrará a tradição republicana presidencialista e citará os Presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek como os grandes responsáveis pelos principais avanços sociais e econômicos do País.

Na segunda parte de seu pronunciamento, o Senador lembrará que sua emenda é a única que garante ao povo eleger, diretamente e pela maioria absoluta dos votos, o Presidente, Chefe de Estado e Chefe de Governo.



BRASÍLIA — O Senador Afonso Arinos foi comunicado ontem oficialmente pelo Senador Mário Covas que lhe caberia o pronunciamento de hoje contra a emenda presidencialista. Na Comissão de Sistematização, o seu discurso emocionado, de quase 20 minutos, foi apontado como definidor da vitória do sistema parlamentarista de governo.

Como no dia 30 de outubro do ano passado, Arinos falará de improviso. Até o final da tarde de ontem, ele não havia traçado as linhas básicas do seu pronunciamento que, segundo ele, não fugirá das teses que historicamente defende e que friso na Comissão de Sistematização.

Na primeira votação da matéria, Arinos respondeu às críticas do Presidente Sarney de que o País não estava preparado para o parlamentarismo já que não dispunha de partidos fortes e estrutura administrativa para respaldá-lo. Ao contrário, Arinos responsabilizou o sistema parlamentarista por este quadro.

"Os partidos nacionais não são senão isso: arapucas eleitorais e balcões de vendas para os solicitadores de emprego".

Como no ano passado, Arinos deve responder hoje às avaliações de que a aprovação do sistema parlamentarista pode provocar uma ruptura institucional.

Faoro: Plenário terá que definir o sistema

O jurista Raymundo Faoro, ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e especialista em Direito Constitucional, disse ontem que os trabalhos da Assembléia Constituinte podem ser prolongar indefinidamente caso não se chegue a um acordo sobre o sistema de governo. Segundo Faoro, não existe "a mais remota possibilidade de que, em caso de impasse, o texto da atual Constituição — que prevê o presidencialismo com seis anos de mandato para o Presidente Sarney — seja mantido".

— Se as três emendas que tratam do sistema de governo não forem aprovadas, e se o mesmo acontecer com a proposta conciliatória que deverá ser apresentada pelo Relator

Bernardo Cabral, os Constituintes terão de continuar discutindo até chegarem a um acordo. E como se fosse um conclave para a indicação de um novo Papa. Enquanto não for liberada a fumaça branca, os Constituintes terão que continuar buscando o entendimento.

O jurista Ives Gandra Martins, da Universidade Mackenzie de São Paulo, tem opinião diferente. Para ele, se todas as negociações fracassarem, produzindo um impasse insuperável, permanecerá o sistema de governo e a duração do mandato previstas no atual texto constitucional: presidencialismo e seis anos. Ives Gandra defende a tese segundo a qual a Constituinte não tem poderes originários. Já o Diretor Geral do Instituto

Brasileiro de Direito Constitucional, Celso Bastos, acha que, se os Parlamentares não solucionarem o impasse em torno do sistema de governo e da duração de mandato, haverá o que classifica de malogro da Constituinte. Em sua opinião, se os Constituintes assumirem uma posição inflexível em torno do assunto, a Constituinte vai ter de dar fim aos seus trabalhos, prevalecendo, na íntegra, o texto da Constituição atual.

O jurista Rene Dotti, Secretário de Cultura do Paraná, não está preocupado com possibilidade de um impasse.

— Se houver impasse, ele deve ser resolvido com acordos e composições, como fazem as democracias clássicas — disse.

Para Simonsen, regime parlamentar agravará a crise

RECIFE — O ex-Ministro da Fazenda e do Planejamento Mário Henrique Simonsen previu ontem que se a Constituinte aprovar o parlamentarismo a crise econômica se agravará porque o comando da economia voltará às mãos do PMDB. Ele acha que o programa do partido, "Esperança e Mudança", pode ser "muito bom para ganhar eleição mas não serve para governar o País".

— Aliás, isso foi dito pelo Ministro Bresser, que é um "histórico" do partido e ajudou a redigir o programa — disse Simonsen. Segundo ele, "há coisas fantásticas" no programa do PMDB, como, por exemplo, a defesa da moratória para a dívida externa, sem esclarecer as medidas que seriam tomadas como consequência da suspensão do pagamento da dívida aos credores internacionais.

O ex-Ministro fez uma palestra, sobre as perspectivas da economia brasileira a convite da Fundação Tancredo Neves de Estudos Políticos e Sociais, que assessora o PFL. Ele falou para empresá-

rios, políticos e estudantes e os debatedores foram o ex-Governador de Pernambuco Gustavo Krause e o Presidente da Federação das Indústrias de Pernambuco, Gustavo Queiroz.

Simonsen declarou-se contrário ao parlamentarismo por entender que esse sistema de governo só seria bem sucedido no Brasil se o País tivesse partidos políticos consolidados e com doutrina definida, uma máquina burocrática estável e um Banco Central independente do governo.

AMATO — O Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, defendeu ontem o sistema de governo presidencialista e disse que está preocupado com a decisão a ser tomada pela Constituinte.

— Nós acreditamos no discernimento e no patriotismo dos nossos políticos. Mas tememos que, num momento de crise, onde se vislumbra alguma coisa como o pagamento da dívida externa e com o próprio desenvolvimento que começa a sair de uma recessão muito tímida, a mudança do sistema de Governo não é interessante. Por isso, somos pelo presidencialismo — explicou o empresário, durante a abertura da XVII Feira da Mecânica Nacional.

'Centro' retira apoio à emenda parlamentarista

BRASÍLIA — Os seis líderes do "Centro Democrático" voltaram atrás em sua decisão de apoiar o parlamentarismo. A mudança foi anunciada ontem, depois de um almoço, no Ministério da Saúde, com os Ministros Borges da Silveira e Prisco Viana, da Habitação. Os líderes garantirão que votarão no presidencialismo e nos cinco anos de mandato para o Presidente Sarney.

— O Expediente Machado está mais presidencialista do que nunca — disse o Deputado Marcos Lima (PMDB-MG), um dos fundadores do "Centro Democrático".

Até o fim da semana passada, os integrantes do grupo eram adeptos do parlamentarismo, desde que o mandato do Presidente Sarney fosse de cinco anos. Como não houve acordo, voltaram a defender sua posição original, favorável ao presidencialismo.

Outros "moderados" do PMDB também mudaram. Culpam a inexistência de um amplo acordo partidário por isso. É o caso do Deputado Henrique Alves (PMDB-RN) e de toda a bancada de seu Estado.

— Fui informado pelo Líder Carlos Sant'Anna de que não houve nenhuma proposta concreta sobre parlamentarismo. Neste caso, não existirá negociação. Ficaremos com o presidencialismo e os cinco anos — disse Henrique Alves.

Apesar da desistência do "Centro Democrático" e dos "moderados", a tese do parlamentarismo já com cinco anos se mantém viva — especialmente por parte do Deputado Ulysses Guimarães. Na conversa que teve domingo com os Ministros Luiz Henrique, Renato Archer, Celso Furtado e Almir Pazzianotto, Ulysses defendeu a proposta como a melhor e mais viável para unir o PMDB.

Mesmo que o Presidente do PMDB e da Constituinte tente ainda costurar o partido em torno desta tese, entretanto, alguns de seus criadores não acreditam mais na sua possibilidade real.

— Acho que nem o acordo informal é possível — lamentava o Deputado Ronaldo Cezar Coelho (PMDB-RJ).